

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUAS

METAS

Refletir sobre a formação do professor de línguas à luz da literatura existente e da legislação oficial brasileira; e
configurar as bases para uma formação à luz das demandas atuais.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:
reconhecer os paradigmas de formação de professores;
identificar o papel do professor à luz da legislação oficial brasileira vigente;
descrever o perfil do graduado em Letras;
perceber a importância das duas dimensões formativas para o professor de línguas;
formação linguística e formação didático-pedagógica.

PRÉ-REQUISITO

Ter realizados as lições anteriores.



(Fonte: <http://www.ihes.com>)

INTRODUÇÃO

Atualmente, nota-se um descompasso enorme entre as rápidas mudanças que acontecem na sociedade e as estruturas básicas do ensino que resistem em acompanhá-las. A sociedade avança, modifica-se, e o ensino parece estagnar-se. Que tipo de professor precisa a escola de hoje? Como estão sendo formados os professores de línguas? Que formação precisam ter os professores de línguas? Sobre esses temas vamos refletir nesta lição.

Vamos começar nossa reflexão rastreando o que diz a Didática Geral sobre a formação de professores.



(Fonte: <http://descultura.files.wordpress.com>)

PRINCIPAIS MODELOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O problema da formação de professores como objeto de estudo apresenta, hoje em dia, um terreno tão interessante quanto complexo. O professor é posto e visto como a pedra angular a partir da qual se vão construir as mudanças na educação. Diante disso, não se deve esquecer que toda formação de professor reflete uma ideologia mantida por um determinado formador ou instituição formadora. Essa ideologia vai refletir na atuação do professor.

Nessa breve exposição vamos apresentar os principais paradigmas de formação de professores destacando o tipo de formação recebida e, conseqüentemente, o tipo de professor formado por cada modelo.

- Paradigma tradicional
- Paradigma tecnológico
- Paradigma humanista
- Paradigma cognitivo
- Paradigma sócio-reconstrutivista.

No paradigma tradicional a formação está apoiada por um currículo normativo, composto de matérias que separam a teoria da prática. Nesse modelo o professor é um especialista na técnica e arte de ensinar já que o ensino nada mais é do que um ofício. A formação consiste em aprender um modelo para depois ser aplicado na prática que se torna fundamental para a aquisição desse ofício. Trata-se, pois, de uma formação acadêmica enciclopédica cujo professor é um transmissor de conhecimento durante a própria formação.

No paradigma tecnológico há uma verdadeira obsessão pela eficácia medível já que se centra nas condutas que podem ser medidas e está fundamentado na teoria behaviorista. Prevalece na formação o modelo de competência, isto é, a formação se concebe como aquisição de competências para ensinar, que uma vez assimiladas e praticadas através de micro-aulas, tornam-se garantidoras da autoridade e segurança do professor. Este, por sua vez, é um executor de objetivos operacionais garantidores de rendimento. Em outras palavras, o professor é um técnico que executa o que os outros programaram para ele fazer. A formação técnica resume, pois, esse modelo que forma um professor executor.

No paradigma humanista que se apóia na psicologia da percepção, a atenção se dá ao desenvolvimento de si mesmo, compreendido como origem de toda conduta. O que o indivíduo cria de si mesmo vai afetar-lhe durante toda a vida. Nesse modelo, o formador deve ajudar o futuro professor a desenvolver um autoconceito positivo de si mesmo, isto é, a tomar consciência de sua capacidade e potencialidades. Dito de outro modo, o formador tem que ensinar ao futuro professor a ter confiança em si mesmo a ponto de poder

liberar sua personalidade e aprender a acreditar em suas potencialidades na hora de servir de guia para os alunos. Trata-se, portanto, de uma formação humanista cujo professor é um facilitador do processo de aprendizagem.

No paradigma cognitivo a formação se concebe como mediação entre instrução e aprendizagem, entre teoria e prática. A aprendizagem deve primar sobre o ensino, isto é, a formação deve operar uma mudança passando do modelo de ensino-aprendizagem para aprendizagem-ensino, sendo o processo que deve ser levado em conta. Trata-se, pois, de uma formação reflexiva cujo professor é um emancipador.

No paradigma social-reconstrutivista o fundamento está na teoria social da aprendizagem, concebendo a formação no sentido de equipe e aprendizagem colaborativa. Em outras palavras, o professor deve aprender a trabalhar em equipe e socializar suas atuações. O professor é, portanto, um gestor de aula que potencia intervenções, cria expectativas e gera um clima de confiança. Como se centra na vida e no contexto, favorece a aprendizagem a partir da experiência. O professor é um profissional autônomo, crítico que reflete, atua, indaga, coopera, experimenta. Trata-se, portanto, de uma formação crítica cujo professor é um transformador.

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR SEGUNDO A NORMA OFICIAL BRASILEIRA

De maneira geral e de acordo com a LDB, compete aos professores:

- participar da elaboração do projeto pedagógico da escola;
- elaborar e cumprir o plano de trabalho conforme essa proposta pedagógica;
- cuidar da aprendizagem dos alunos;
- estabelecer estratégias de recuperação para os alunos, quando o rendimento não corresponder ao exigido;
- cumprir com as horas letivas estabelecidas no projeto pedagógico da escola;
- participar integralmente da fase de planejamento e da avaliação;
- colaborar com as atividades de articulação entre a escola e a comunidade.

Quanto à formação do professor para atuar no ensino básico, a lei determina que seja realizada nos cursos de licenciatura oferecidos nas universidades e nos institutos superiores de educação. No tocante à formação para o ensino superior, a lei, apesar de não exigir a prática de ensino, propugna sua realização nos cursos de pós-graduação, principalmente, mestrados e doutorados.

Para orientar a formação do professor para o ensino fundamental, o Ministério da Educação elabora o documento intitulado *Referenciais para Formação de Professores*, cujo objetivo, nas palavras do próprio ministro é “apoiar as universidades e secretarias estaduais de educação na desafiadora tarefa de promover transformações efetivas nas práticas institucionais e curriculares de formação de professores”.

Nesse documento, reconhece-se que a formação do professor no Brasil não tem contribuído para o bom desenvolvimento dos alunos como pessoas, muito menos para que tenham êxito na aprendizagem e possam atuar como cidadãos na sociedade. Além disso, reconhece que:

A função de professor é hoje uma profissão muito desvalorizada, não só pelos baixos salários mas também pelo tratamento que o professor recebe, seja do poder público, seja da sociedade de forma geral, ainda muito pesa a concepção de que professor é um mero técnico e que ensinar é algo simples ou depende apenas de boa vontade e treinamento. É preciso desencadear ações que viabilizem condições de trabalho, carreiras e salário, desenvolvimento pessoal e profissional (BRASIL, MEC, 1999:17).

Percebe-se, portanto, a necessidade de que a formação seja concebida no movimento de profissionalização do professor. Esta formação deve incluir em sua prática uma melhor organização tanto por parte das instituições formadoras como da metodologia, dos conteúdos, da estrutura curricular, da própria formação dos formadores. Além disso deve propiciar uma melhor articulação entre a formação inicial e continuada. Em resumo, a proposta se orienta a partir dos seguintes pressupostos:

- o professor exerce uma atividade profissional de natureza pública que tem dimensões coletiva e pessoal o que implica tanto autonomia como responsabilidade;
- o desenvolvimento profissional permanente é uma necessidade intrínseca na atuação do professor e, portanto, um direito de todos os professores;
- a atuação do professor tem como principal dimensão a docência, porém não fica restrita a ela, devendo incluir a participação no projeto educacional e curricular da escola, a produção do conhecimento pedagógico e a participação na comunidade. Todas essas atividades devem compor a formação;
- o trabalho do professor deve ter como objetivo o desenvolvimento dos alunos, como pessoas em todas suas capacidades e não apenas a transmissão de conhecimentos. Isso implica uma atuação profissional não simplesmente técnica, mas também intelectual, política e humana;
- o compromisso com o sucesso das aprendizagens dos alunos demanda que os professores considerem as diferenças culturais, sociais e pessoais e, sob nenhuma hipótese, sirvam para reafirmar a causa da desigualdade ou da exclusão;
- o desenvolvimento de competências profissionais exige metodologias baseadas na articulação teoria e prática, na resolução de situações-problemas e na reflexão sobre a atuação profissional;
- a organização e o funcionamento das instituições formadoras são elementos essenciais para o desenvolvimento da cultura profissional que se pretende afirmar. Assim, a cooperação entre as diferentes instituições contribui de maneira decisiva;
- o estabelecimento de relações estreitas entre as instituições de formação profissional e os centros de ensino constitui um requisito importante para

um processo de formação de professores cimentado na prática real;
- os projetos de desenvolvimento pessoal só serão eficazes se estiverem vinculados às condições de trabalho, avaliação, carreira e salário.

A partir do exposto, nota-se claramente a presença da tendência reflexiva como fundamento à formação de professores, o que se faz mais claro no seguinte fragmento do documento: “ao analisar os objetivos e conteúdos da formação inicial, é preciso levar em conta as novas demandas da atuação do professor, tanto em relação à função social atribuída à escola quanto à necessidade de formar um profissional reflexivo”.

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LÍNGUAS

As “Referências para a Formação dos Professores” não apresentam nenhuma sugestão para a formação do professor de línguas, nem materna nem estrangeira. Contudo, nos “Parâmetros Curriculares de Línguas Estrangeiras para o Ensino Fundamental” (Brasil MEC 1998) se reconhece o professor como elemento fundamental para levar a cabo uma proposta que aponte para a mudança. Dessa forma sugerem a formação reflexiva sobre a prática, como se nota no fragmento:

“É preciso que se invista na formação continuada de professores que já estão na prática da sala de aula como também daqueles que estão em formação, de modo que possam compreender estes parâmetros para traduzi-los nas práticas de ensinar e aprender. Isso exige essencialmente o envolvimento do professor na reflexão sobre a sua prática em sala de aula”.

Já vimos no item anterior que por exigência da LDB a formação inicial do professor de línguas se dá nas diversas modalidades de licenciaturas em Letras: Português, Português-Inglês, Português-Francês, Português-Espanhol, Inglês, Francês Espanhol.

As dificuldades enfrentadas nessas licenciaturas são de várias origens, embora relacionadas entre elas, e não são específicas das licenciaturas em Letras, mas comuns às demais áreas. A nova proposta das Diretrizes Curriculares de Letras (Brasil, MEC 1997) reconhece a centralização da educação brasileira como também uma série de problemas decorrentes do bizantismo estrutural vigente que alicerça os currículos dessas licenciaturas, entre os quais se destacam os seguintes:

- número mínimo e máximo de créditos a serem cumpridos em cada curso;
- limite da oferta a uma determinada faixa horária;
- limite a um determinado curso;
- limite do número de vagas por matéria;
- exigência de pré-requisitos;
- falta de articulação no programa de uma mesma disciplina dada por professores diferentes;
- frequência obrigatória.

Considerando o abrangente campo profissional do **graduado em Letras**, seu perfil, ao terminar o curso, se define através de competência e habilidades das quais destacamos as seguintes:

- compreender, avaliar e produzir textos de tipos variados em sua estrutura, organização e significado;
- produzir e ler competentemente enunciados em diferentes linguagens e traduzir de umas para outras;
- descrever e justificar as peculiaridades fonológicas, morfológicas, lexicais, sintáticas e semânticas do português do Brasil, destacando as variações regionais e socioletais, assim como as especificidades da norma padrão;
- apreender criticamente as obras literárias não somente através de uma interpretação derivada do contato direto com elas mas também da mediação de obras críticas e da teoria literária;
- estabelecer e discutir as relações entre os textos literários e outros tipos de discurso inseridos nos contextos onde são produzidos;
- relacionar o texto literário aos problemas e concepções dominantes na cultura do período em que foi escrito, assim como aos problemas e concepções contemporâneas;
- interpretar adequadamente textos de diferentes gêneros e registros lingüísticos e explicar os processos ou argumentos utilizados para justificar essa interpretação;
- pesquisar e articular informações lingüísticas, literárias e culturais.

Apesar de propor uma reforma profunda para a estrutura curricular da área de Letras, na qual a experiência didática será expandida para além das quatro paredes, as premissas aqui apresentadas revelam uma preocupação em formar professores de línguas muito mais que professores de línguas. Entendamos esse trocadilho com a seguinte questão: quem queremos realmente formar? Linguistas, filólogos, escritores, críticos literários, ou professores de línguas?

COMO DEVERIA SER A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LÍNGUAS

Todo professor de línguas deve ser linguista e didata ao mesmo tempo, já que foi preparado para considerar o conteúdo desde as perspectivas lingüísticas e didáticas, adequá-lo às condições de ensino e aprendizagem, tornando-o ensinável e aprendível.

Já em 1975, uma edição especial da revista *Le Français dans le Monde*, Francys Debyser afirmava que a formação do professor de línguas só pode ser chamada como tal se leva em conta três fatores: a pessoa, os conhecimentos e o saber fazer. O primeiro se refere-se à personalidade, atitudes e condutas do professor; o segundo refere-se à competência do futuro professor sobre o domínio da língua; o terceiro, finalmente, se refere à prática docente.

Graduado em Letras

Professor para todos os níveis; redator e revisor de textos, copidesque, editor, secretariado executivo e bilíngüe; terminólogo; tradutor e intérprete; pesquisa.

Observamos na prática que não é fácil trabalhar esses três fatores. Nas licenciaturas se costumam ignorar o primeiro e o terceiro, enquanto nos programas de formação continuada, quase sempre a preocupação recai em oferecer receitas didáticas, isto é, na aplicação de um método, já que se centram no terceiro fator e pouco tem em conta o primeiro e o segundo.

Dissemos em lições anteriores que o discurso atual gira em torno da natureza da língua e de seu ensino-aprendizagem. É, portanto, a partir de perguntas tais como o que é uma língua e o que é aprender uma língua que se desprendem os objetivos da aprendizagem, como também os meios para alcançá-los, isto é, o ensino. A formação do professor, portanto, deve ter isso em conta. Outra questão não menos interessante é saber o que é ser um bom professor de línguas, e a partir daí definir que conhecimentos e que competências ele deve ter.

De tudo isso se deduz que o ensino-aprendizagem de línguas não pode ficar à mercê de modelos gramaticais e tampouco levar em conta somente a dimensão linguística. Não basta apenas saber a língua e ter uma formação linguística (ou falar uma língua) para ser capaz de ensiná-la. A teoria da educação, as teorias psicológicas de aprendizagem apontam muitos fatores que intervêm no processo de ensino-aprendizagem e que, muitas vezes, não são considerados em conta pelo paradigma linguístico.

Nesse sentido, veja o que dizem os PCN + (2002:55) ao referir-se aos objetivos gerais do ensino de língua materna.

(...) o ensino de língua portuguesa, hoje, busca desenvolver no aluno seu potencial crítico, sua percepção das múltiplas possibilidades de expressão lingüística, sua capacitação como leitor efetivo dos mais diversos textos representativos de nossa cultura. Para além da memorização mecânica de regras gramaticais ou das características e determinado movimento literário, o aluno deve ter meios para ampliar e articular conhecimentos e competência que possam ser mobilizados nas inúmeras situações do uso da língua com que se depara, na família, entre amigos, na escola, no mundo do trabalho.

Nas palavras dos professores Clécio Bunzen e Márcia Mendonça, com os quais concordamos, para alcançar esses objetivos, é necessário um professor apto a mediar as situações de leitura e escrita, com objetivos pedagógicos claros e definidos.

Formação lingüística e formação didática, o casamento dessas duas orientações deve cimentar qualquer proposta pedagógica para o ensino de línguas, tendo em conta o desenvolvimento da competência comunicativa já que é a melhora do uso lingüístico e comunicativo dos alunos o principal objetivo do ensino de qualquer língua. Trata-se de ajudar os alunos a saberem fazer coisas com palavras. Sendo assim, consideramos o professor de línguas como um lingüista educador cujo perfil reclama uma dupla dimensão formativa: conhecimentos e domínio sobre a linguagem; conhecimentos e domínio sobre a teoria e prática educativa e capacidade de análise sobre a práxis.

CONCLUSÃO

A formação do professor deve ser concebida levando em conta as finalidades e metas que devem ser alcançadas. Se quisermos um professor de línguas reflexivo, este tem que ser preparado desde a formação inicial para refletir a partir de seu contexto e prática docente. Se quisermos um professor que leve a cabo o desenvolvimento da competência comunicativa, este tem que ser preparado dentro das condições adequadas para tal. Usar a língua de forma comunicativa exige que o docente tenha aprendido a usá-la nessas condições e, ademais, seja capaz de gerar atividades de comunicação na aula e motivar a compreensão e o uso da mesma pelos alunos.

RESUMO

- No primeiro ponto desta lição, vimos os paradigmas de formação de professores ao longo da história da educação: paradigma tradicional, paradigma tecnológico, paradigma humanista, paradigma cognitivo e paradigma sócio-reconstrutivista.
- No segundo ponto, expusemos brevemente a formação do professor à luz da legislação brasileira na qual se notou a tendência reflexiva como fundamento da formação de professores, apoiando-se, portanto, nos dois últimos paradigmas de formação.
- No terceiro ponto, abordamos a formação do professor de línguas a partir das diretrizes curriculares de Letras na qual se nota a preponderância da formação linguística sobre a didático-pedagógica.
- No último ponto, enfocamos caminhos para a formação de professores de línguas nos quais se defendem tanto a formação linguística quanto a formação didática, tendo em vista o desenvolvimento da competência comunicativa. Se quisermos um professor que a desenvolva em seus alunos, ele tem que ser preparado dentro das condições adequadas para levar a cabo uma proposta semelhante





ATIVIDADES

Temas para debate

1. Formação Linguística/Formação Didática para o professor de Língua Portuguesa. Qual desses níveis de formação você considera mais importante? Por quê?
2. Caracterize o tipo de formação e o tipo de professor de acordo com a formação que você está recebendo na sua licenciatura em Letras.
3. Você acha igual ensinar língua no ensino médio e fundamental? Justifique.
4. Quais as relações e diferenças entre ensinar uma LM e uma LE? Em consequência, qual deveria ser a formação do professor para uma e para outra?
5. Você acha que as licenciaturas em Letras estão formando os professores de línguas para a demanda atual? Justifique.

Temas para aprofundar

1. Entreviste um professor de LM ou LE de sua comunidade. Analise as respostas desse professor à luz do discutido nesta lição, elabore suas conclusões e apresente-as para discussão no próximo encontro presencial. Elabore as questões em torno das seguintes sugestões:

- Formação:

Especifique:

- contribuição da formação recebida para a atuação didática;
- pontos negativos e positivos da formação inicial recebida.
- como se define como professor;
- participação da elaboração do Projeto Pedagógico da Escola;
- participação da seleção do livro/material didático;
- livro didático utilizado;
- receptividade dos alunos com relação ao livro didático;
- receptividade dos alunos com relação ao ensino da língua materna;
- como os alunos são avaliados?;
- utilização de uma metodologia específica;
- necessidades na escola para um bom funcionamento do ensino da língua materna.

2. Com base nas discussões sobre concepção de língua(gem) e sua relação com os objetivos de ensino de produção de texto, discuta o posicionamento de dois professores do ensino médio sobre o ensino de língua materna (extraídos do livro português no ensino médio e formação do professor, p 160, aqui citado).

Professor A	Professor B
Eu sempre digo pra meus alunos: “a gente só aprende escrever escrevendo! Eu sou professora de língua portuguesa, não vou dizer para você como é que escreve” eu dou os pontos da redação, entendeu? E digo pra eles. Mas eu não posso chegar, entrar na sua cabeça e dizer como é que você vai escrever. Então você só tem que saber escrever, escrevendo. E como é que você vai escrever. Você tem que ler! Por que você lendo... você lendo, vai ter o quê? Você vai conversar bem, você vai se comunicar bem, você vai fazer de tudo bem!	Já, já se falou que mais importante do que conteúdo é o aluno aprender a escrever, a se expressar oralmente. No entanto, o vestibular está aí a cobrar ainda conteúdos gramaticais, conteúdos, inclusive, que muitas vezes, os alunos não utilizam no seu dia-a-dia, mas que são cobrados no vestibular. Então, como é que a gente pode deixar de dar determinados conteúdos, se mais adiante vão ser cobrados: em qualquer concurso é... em qualquer concurso. É preciso que realmente se reveja uma série de coisas para poder exigir do professor mudanças na sala.

REFERÊNCIAS

- BUNZEN, Clécio; MENDONÇA, Márcia (orgs.). **Português no ensino médio e formação do professor**. São Paulo: Parábola, 2006.
- BRASIL/SEMTEC **PCN+ Ensino Médio**: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais: linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília, DF: Mec, 2002.
- LMEIDA FILHO, José Carlos P. de. **O professor de língua estrangeira em formação**. Campinas: Pontes, 2005.
- HENGEMÜHLE, Adelar. **Formação de professores**: da função de ensinar ao resgate da educação. Petrópolis: Vozes, 2007.
- OLIVEIRA, Valeska Fortes de (org.). **Imagens de professor**: significação do trabalho docente. Ijuí: Editora Unijui, 2004.
- FACCI, Marilda Gonçalves Dias. **Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor**. Campinas: Autores Associados, 2004.
- PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício de professor**: profissionalização e razão pedagógica. São Paulo: Artmed Editora, 2002.
- VEZ, José Manuel. **Formación en Didáctica de las Lenguas Extranjeras**. Rosário: Homo Sapiens, 2001.
- SANTANA, Givaldo et al. **Questões de línguas estrangeiras, línguas estrangeiras em questão**. São Crsitóvão: UFS, 2005.
- _____. **Analisis de necesidades en la formación inicial del profesorado de francés**: un estudio de caso. la licenciatura en portugués/francés impartida por la Universidad Federal de Sergipe (Brasil). Granada, 2000, Tesis Doctoral.

